

O Embate de Opiniões das Fontes no Discurso sobre a Reforma Psiquiátrica no Jornal *Folha de S.Paulo*¹

El Choque de Opiniones de las Fuentes en el Discurso sobre la Reforma Psiquiátrica en el Periódico Folha de S.Paulo

The Clash of Opinions Sources in the Discourse on the Psychiatric Reform in the Newspaper Folha de S.Paulo

Denise Cristina Ayres GOMES²

Resumo

O jornal é um espaço discursivo em que os agentes sociais lutam pelo poder simbólico e procuram impor um modo próprio de interpretar a realidade. Este artigo analisa a representatividade das fontes e o valor do dito (CHARAUDEAU, 2012) no discurso sobre a reforma psiquiátrica do jornal *Folha de S.Paulo* (FSP). O *corpus* é constituído por 16 textos informativos escolhidos por meio das palavras-chave “reforma psiquiátrica” e “antimanicomial” nos anos de 1991, 2001 e 2011. Verificamos que as fontes institucionais predominam nos textos, estão ligadas ao poder psiquiátrico (46,80%) e produzem 37 efeitos, sendo 20 de opinião, três de decisão e 14 de saber. As fontes institucionais não têm poder de decisão nas políticas de saúde, mas projetam uma imagem democrática do jornal, que procura revelar diversos pontos de vista de entidades sobre o tema controverso.

Palavras-chave: Jornalismo; Teoria das fontes; Valor do dito; Reforma psiquiátrica; *Folha de S.Paulo*.

Resumen

El periódico es un espacio discursivo en el que los actores sociales luchan por el poder simbólico y buscan imponer su propia forma de interpretar la realidad. En este artículo se analiza la representación de las fuentes y el valor de dicho (CHARAUDEAU, 2012) en el discurso sobre la reforma psiquiátrica del diario *Folha de S.Paulo* (FSP). El *corpus* está compuesto por 16 textos informativos seleccionados por la palabra clave “reforma psiquiátrica” y “anti-asilo” en los años 1991, 2001 y 2011. Se encontró que las fuentes institucionales predominan en los textos, están vinculados al poder psiquiátrico (46.80 %) y producir efectos 37, 20 de la opinión, tres decisiones y 14 de saber. Fuentes institucionales no tienen ningún poder de toma de decisiones en políticas de salud, pero proyectan una imagen democrática del periódico, que busca revelar diferentes opiniones de las partes sobre el tema controversial.

1 Artigo apresentado à nona edição da Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, publicação ligada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Paraná.

2 Doutoranda em Comunicação Social pela PUCRS, mestra em Ciências da Comunicação pela Unisinos e especialista em Midiologia, Comunicação e Cultura. E-mail: dayres42@gmail.com

Palabras clave: Periodismo; Teoría de las fuentes; Valor do dicho; Reforma psiquiátrica; *Folha de S.Paulo*.

Abstract

The newspaper is a discursive space in which social actors struggle for symbolic power and seek to impose their own way of interpreting reality. This article analyzes the representation of the sources and the value of said (CHARAUDEAU, 2012) in the discourse on the psychiatric reform of the newspaper *Folha de S.Paulo* (FSP). The corpus consists of 16 informative texts chosen by the keywords “psychiatric reform” and “anti-asylum” in the years 1991, 2001 and 2011. We found that institutional sources predominate in the texts, are linked to psychiatric power (46.80 %) and produce 37 effects, 20 of opinion, three decision and 14 know. Institutional sources have no decision-making power in health policies, but project a democratic image of the newspaper, which seeks to reveal different views of parties on the controversial topic.

Keywords: Journalism; Theory of sources; Value of said; Psychiatric reform, *Folha de S.Paulo*.

Introdução

O jornal é um espaço discursivo em que os agentes sociais lutam pelo poder simbólico e procuram impor um modo próprio de interpretar a realidade. As declarações das fontes produzem efeitos valorativos que são tornados públicos e ajudam a construir o imaginário social. Este artigo analisa a representatividade das fontes e o valor do dito no discurso sobre a reforma psiquiátrica do jornal *Folha de S.Paulo* (FSP).

A reforma psiquiátrica foi iniciada na Itália, com Franco Basaglia, na década de 1960, e significou a ruptura epistemológica com o saber psiquiátrico tradicional. O movimento reformista resulta de uma nova abordagem sobre a saúde mental, proporcionada com o avanço tecnológico, a crise nas ciências, o fortalecimento de movimentos sociais e o crescente custo com o tratamento de pacientes psiquiátricos asilares. Esse ideário se tornou referência de um projeto de desconstrução do saber e das instituições psiquiátricas, expresso principalmente por meio do fechamento dos hospícios.

A abertura democrática no Brasil, a partir da década de 1980, e o fortalecimento dos movimentos sociais proporcionaram a emergência de atores que passam a reivindicar novo estatuto para a loucura. Esta pesquisa resgata 16 textos jornalísticos informativos da *Folha de S.Paulo* (FSP) alusivos ao tema. As ocorrências foram selecionadas no arquivo eletrônico do periódico, a partir das palavras-chave “reforma psiquiátrica” e “antimanicomial”. O *corpus* compreende o ano de 2001, época da aprovação da lei da reforma psiquiátrica no país, e os anos de 1991 e 2011, que representam as décadas anterior e posterior, respectivamente, ao marco legal. Em 1991, foram publicadas nove matérias e duas entrevistas; em 2001, apenas uma matéria e, em 2011, quatro textos.

A pesquisa classifica as fontes presentes nos textos jornalísticos como oficiais, institucionais, especializadas, testemunhais e populares (SCHMITZ, 2011). O trabalho analisa o valor do dito, que compreende as declarações das fontes, de acordo com os efeitos de decisão, saber, opinião e testemunho propostos por Charaudeau (2012).

Os agentes afetados pela reforma psiquiátrica utilizam a mídia para dar visibilidade aos discursos. O jornal *Folha de S.Paulo*, como exemplar da grande imprensa, constitui-se no espaço em que as fontes disputam sentidos e travam embates discursivos, a favor e contra o fim dos manicômios. O periódico possibilita a emergência de discursos que enunciam as mazelas do sistema asilar, a necessidade de aprovação da lei da reforma psiquiátrica, a construção da rede de assistência descentralizada e as dificuldades de implantação do novo modelo.

Nesse panorama de profundas mudanças que implicam a revisão do conceito de loucura, é importante investigar qual a representatividade das fontes que constituíram o discurso sobre a luta antimanicomial no período anterior e posterior à aprovação da lei, e o valor de suas declarações, visto que esses sentidos são colocados em circulação na sociedade e projetam a imagem do veículo.

A hegemonia do discurso por meio das fontes

A doença mental é um fenômeno de ordem psíquica e constitui-se em uma problemática cultural e discursiva. A *Folha de S.Paulo* constrói sentidos e expressa valores e crenças que são postos em circulação na sociedade e instituem práticas.

[...] A doença mental foi constituída pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contavam seus desenvolvimentos, indicavam suas correlações, julgavam-na e, *eventualmente*, emprestavam-lhe a palavra, articulando em seu nome, discursos que deviam passar por seus (FOUCAULT, 2004, p. 36).

As fontes fazem parte do processo de produção noticioso porque informam os jornalistas sobre os fatos. Embora qualquer pessoa tenha potencial para se tornar fonte, a mídia estabelece uma rede hierarquizada e prioriza as fontes oficiais.

O indivíduo, tomado isoladamente ou sem representatividade social, tem dificuldades para se tornar fonte e é procurado apenas quando está envolvido ou testemunha algum fato específico; é a chamada fonte testemunhal. O embate pela visibilidade no discurso jornalístico decorre, em termos noticiosos, de fatores que crivam as fontes aptas a fornecer informação ou promover a notícia, e outros setores sociais, que dificilmente ascendem à condição de fonte.

De acordo com Charaudeau (2012, p. 148), a mídia é responsável por obter um número máximo de fontes, confirmar a veracidade do que é dito e apresentá-las.

Coloca-se então o problema dos jogos de manipulação que podem instaurar-se entre as mídias e as fontes. De um lado, pressão da parte das instâncias de poder (Estado, governo) ou dos movimentos cidadãos (sindicatos, associações, manifestações); de outro, pressão das mídias junto a algumas dessas instâncias (oficiais ou não) para obter informações.

A busca pela imparcialidade é conferida em grande parte por meio da pluralidade de fontes que constituem e dão credibilidade ao texto jornalístico. “O que é dito sobre o jornal deve ser estendido para outras mídias. Todas elas precisam garantir que o conteúdo oferecido seja verdadeiro e se aproxime ao máximo do que aconteceu na realidade.” (FONTCUBERTA, 2010, p. 58-59). No entanto, o procedimento não garante a representatividade dos vários segmentos sociais e seus pontos de vista. A imprensa exerce um controle sobre as fontes e tende a favorecer os interesses da empresa jornalística e de seus associados.

Tuchman (1978, p. 24) denomina “rede noticiosa” a prática dos veículos de enviar repórteres a instituições e lugares que possam produzir informação. “Igualmente importante, a rede noticiosa é um sistema hierarquizado de coletores de informação e o *status* do repórter, na rede noticiosa, pode determinar que informação será identificada como notícia”. Há uma predisposição do jornalista em receber informações de instituições porque, *a priori*, são mais confiáveis e dão conta das exigências da produção de notícias.

As fontes recorrentemente utilizadas pela empresa jornalística refletem a estrutura social e o poder dominantes. De acordo com Gans (2004, p. 80), “a característica principal das fontes é que elas proveem informação como membros ou representações de grupos de interesses organizados e não organizados e ainda vastos setores da nação e sociedade”.

Alsina (2009) afirma que existe a institucionalização de fontes, ou seja, determinados agentes sociais se tornam informantes rotineiros, têm acesso facilitado aos meios de comunicação, e os discursos são mais veiculados.

Enquanto temos agentes sociais que têm acesso praticamente imediato aos meios de comunicação (seja para promover informações, ou para conseguir que sejam publicadas as devidas correções), outros agentes sociais quase não conseguem entrar no circuito da informação (ALSINA, 2009, p. 163).

A atividade jornalística depende das fontes para obter informações credíveis e de modo regular. De acordo com Hall *et al*, os constrangimentos organizacionais do processo de produção noticioso e as noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade norteiam a procura por fontes institucionais e oficiais e produzem um

exagerado acesso sistematicamente estruturado aos media por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas. Deste modo, os media tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade (HALL *et al* 1993, p. 229).

O jornalista seleciona as fontes segundo critérios próprios do processo de produção da notícia. Gans (2004) enumera seis fatores que intervêm nessa seleção. A “adequação passada” diz respeito às informações que a fonte forneceu anteriormente. Se elas foram adequadas, as fontes possivelmente serão novamente acionadas.

O segundo critério é a “produtividade”. “As fontes são julgadas por sua habilidade em fornecer informações sem que o jornalista precise dispendar tempo e esforço.” (GANS, 2004, p. 129). A “confiabilidade” é outra característica que determina a escolha da fonte. Os jornalistas precisam de informações confiáveis, que demandem o mínimo de checagem. Quando o assunto for controverso, é necessário reunir provas de duas fontes independentes, no mínimo, para atestar a veracidade da informação.

O quarto critério é a “veracidade”. Os jornalistas desejam fontes credíveis e “quando a confiabilidade não pode ser suficientemente checada, os jornalistas procuram por fontes fidedignas.” (GANS, 2004, p. 130). Por isso, as fontes oficiais são as mais acessadas.

De acordo com Alsina (2009, p. 174), “as fontes que aparecem nos discursos informativos são importantes, já que são elas as que se institucionalizaram socialmente. Inclusive, poderíamos dizer que elas são elementos essenciais para o estatuto de prevaência (*sic*) da verdade desses discursos”.

A “autoridade” é outro fator para que a fonte seja acionada. “Presume-se que essas fontes sejam mais credíveis, quanto mais não seja, porque não podem se permitir mentir abertamente e porque são também consideradas mais persuasivas, em virtude de suas ações e opiniões serem oficiais.” (GANS, 2004, p. 130).

Nelson Traquina (2005, p. 191) também destaca que “a autoridade da fonte é um critério fundamental para os membros da comunidade jornalística. O fator da respeitabilidade refere-se aos procedimentos dos jornalistas que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade”.

Por último, Gans enumera a “expressividade”, que consiste na habilidade de ser conciso e dramático, como um fator para a escolha da fonte, principalmente em entrevista televisiva. Gomis (1991, p. 61) concorda que ocorra a institucionalização das fontes porque elas se adequam aos critérios jornalísticos:

Os poderes públicos e as demais grandes fontes habituais de notícias são organizações de produção de fatos que dispõem também de abundantes canais de comunicação; porta-vozes, gabinetes de imprensa, etc. E as organizações que vivem de notícia, por sua vez, buscam essas fontes para encher os espaços da programação diária.

Para efeito desta pesquisa, as fontes foram classificadas em oficial, institucional, especializada, testemunhal e popular, de acordo com Schmitz (2011). A fonte oficial representa

os órgãos mantidos pelo Estado, os três poderes e as organizações estatais. A fonte institucional agrega organizações sem fins lucrativos ou atores sociais, como o movimento da luta antimanicomial.

A fonte especializada é a pessoa ou a organização que possui conhecimento aprofundado sobre determinado assunto. “Normalmente está relacionada a uma profissão, especialidade ou área de atuação. Tem a capacidade de analisar as possíveis consequências de determinadas ações ou acontecimentos.” (SCHMITZ, 2011, p. 26).

A fonte testemunhal é utilizada para reiterar o que se afirma e dar veracidade ao relato. Por estar envolvida com os fatos, tem condições de relatar o acontecido com maior proximidade. A fonte testemunhal não suscita suspeita porque é independente e representa “aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observadora.” (SCHMITZ, 2011, p. 26).

Tendo procedido à classificação das fontes, é importante verificar qual o valor do discurso relatado que, de acordo com Charaudeau (2012, p. 161), “é o ato de enunciação pelo qual o locutor (Loc/r) relata (Dr) o que foi dito (Do) por um outro locutor (LOc/o), dirigindo-se a um interlocutor (Interloc/r) que, em princípio, não é o interlocutor de origem (Interloc/o)”. O valor do dito projeta a imagem e a credibilidade do veículo porque este concede a palavra a determinados atores sociais.

Toma-se por base a divisão de Charaudeau (2012), que enumera os efeitos de decisão, saber, opinião e testemunho. Quando o efeito de decisão prepondera, o jornal tende ao oficialismo porque privilegia fontes diretamente ligadas aos órgãos oficiais. O saber confere um viés técnico e especializado ao veículo e se inclina a abordar temas de forma mais aprofundada e que necessitam de análise. A opinião constrói uma imagem democrática do jornal, que procura fontes diversas para expressar seus pontos de vista. O testemunho e a fonte popular aproximam o jornal do populismo porque busca fontes que observam ou participam de um fato.

A relação entre fontes e jornalistas deve ser permeada por regras que regulem a prática jornalística, como a pluralidade de fontes e a necessidade de ouvir instâncias que possuam pontos divergentes sobre o mesmo assunto. As rotinas jornalísticas e a própria ideologia que atravessam a empresa jornalística nem sempre permitem que essa premissa seja cumprida, prejudicando a pluralidade de opiniões e o posicionamento dos vários setores da sociedade.

O estudo das fontes é imprescindível no jornalismo porque o profissional processa as informações colhidas, transformando-as em notícia. O texto jornalístico dá visibilidade às fontes que, por meio da hegemonia do discurso, constroem sentidos que formam o imaginário social sobre o tema.

O embate de opiniões das fontes sobre a reforma psiquiátrica

O estudo analisou 16 textos jornalísticos informativos dos anos de 1991, 2001 e 2011

do jornal *Folha de S.Paulo* (FSP). As ocorrências foram selecionadas no arquivo eletrônico do periódico de acordo com as palavras-chave “antimanicomial” e “reforma psiquiátrica”. As fontes foram classificadas em oficiais, institucionais, especializadas, testemunhais e populares, conforme explicado anteriormente.

Das 16 ocorrências, 15 delas foram publicadas durante a Semana Nacional da Luta Antimanicomial, estratégia que o movimento da reforma psiquiátrica utiliza a fim de chamar a atenção da sociedade para a problemática da saúde mental. A semana é marcada por protestos, divulgação de dados sobre a reforma e fatos agendados que possam atrair o interesse da mídia.

Dentre os 16 textos jornalísticos, tem-se um total de 47 fontes, sendo 22 institucionais (46,80%), 14 oficiais (29,78%), cinco especializadas (10,63%), cinco testemunhais (10,63%) e uma popular (2,12%). O estudo observou que, das 47 fontes, 14 são representadas por médicos (29,78%), sendo 12 psiquiatras, o que corresponde a 25,53% da totalidade.

A partir da classificação das fontes, analisou-se o valor do dito (CHARAUDEAU, 2012), dividindo-o em efeito de decisão, opinião, saber e testemunho. As 47 fontes produziram 72 efeitos nas declarações. O efeito de opinião foi constatado 32 vezes (44,44%); seguido do efeito de decisão, com 23 ocorrências (31,94%); o efeito de saber aparece 23 vezes (31,94%); e o efeito de testemunho apenas cinco vezes (6,94%).

Em meio às fontes oficiais, prevalecem os efeitos de decisão e de opinião, com nove ocorrências cada um, e quatro efeitos de saber. As fontes oficiais são representativas dos órgãos do governo e dos poderes constituídos, como o executivo federal que implementa as políticas de saúde, e o legislativo federal, no qual a lei da reforma psiquiátrica tramitou entre os anos de 1989 e 2001.

O efeito de decisão procede quando o que se diz implica em ação. Pode-se observar esse valor no seguinte excerto: “O Ministério da Saúde fará um censo para avaliar se há irregularidades no tratamento de doentes em todos os 201 hospitais psiquiátricos do país conveniados ao SUS.” (BANDEIRA, 28 jul 2011, “*Cotidiano*”, p. 9). O jornal utilizou o discurso indireto para referenciar a declaração de uma fonte oficial, o Ministério da Saúde, que tem o poder de realizar a ação; o censo que levantará irregularidades.

Entre as fontes oficiais que implementam as políticas de saúde, destacam-se o deputado federal Paulo Delgado, que apresentou o projeto de lei antimanicomial, e é citado em quatro matérias como fonte. No trecho seguinte, observam-se os efeitos de decisão e de opinião nas declarações. “Não se trata de pôr os loucos na rua”, diz o deputado Paulo Delgado, mas de “extinguir progressivamente os manicômios, substituindo-os por instituições como hospital-dia, hospital-noite, centro de atenção etc.” (FSP, 19 mai 1991. “*Cotidiano*”, p. 4).

As fontes oficiais respondem aos critérios propostos por Gans (2004): fornecem informações adequadas, verídicas e atendem às exigências da rotina de produção jornalística.

Elas são confiáveis porque não podem mentir e possuem autoridade legitimada no espaço social.

As instituições representam 46,80% das fontes porque são setores organizados da sociedade envolvidos na discussão sobre a reforma psiquiátrica e afetados pela implantação da lei antimanicomial. Como observam Gomis (1991) e Alsina (2009), existe uma rede institucionalizada de fontes que acabam se tornando rotineiras. Observa-se o predomínio de diretores e médicos de hospitais psiquiátricos. Como há grande controvérsia sobre o tema, a *FSP* procurou diversas instituições que opinaram e analisaram as decisões dos órgãos executivos.

As declarações das fontes institucionais produzem 37 efeitos, sendo 20 de opinião, três de decisão e 14 de saber. As fontes ligadas ao poder psiquiátrico predominam e são representativas de entidades psiquiátricas, hospitais e o movimento antimanicomial. As instituições não têm poder de decisão nas políticas de saúde, mas influenciam o processo da reforma psiquiátrica e são instadas a se pronunciar sobre o assunto. Os psiquiatras opinam sobre a polêmica lei antimanicomial e possuem conhecimento técnico. Os efeitos de opinião e saber são preponderantes.

As fontes especializadas representam 10,63% da totalidade e são compostas principalmente por psiquiatras com conhecimento notório sobre o assunto que opinam como especialistas, sem representar a entidade da categoria. Elas geram o efeito de saber com cinco ocorrências porque detêm o conhecimento médico e produzem dois efeitos de opinião. A polêmica sobre o assunto é expressa em duas ocorrências das fontes especializadas cujo efeito é de opinião: “Já o psiquiatra Guido Palomba, 42, defende a manutenção dos manicômios judiciários.” (*FSP*, 21 mai 1991. “SP Norte”, p. 1). Na matéria “Especialista diz que há hospitalismo”, o psiquiatra se manifesta a favor do fechamento dos manicômios. “A sociedade também é culpada porque se acomodou. As famílias acabariam achando mais fácil isolar o doente no hospital do que mantê-lo em casa.” (*FSP*, 21 mai 1991. “SP Norte”, p. 1).

A fonte especializada produz o efeito de saber e analisa a problemática na matéria intitulada “Lei dos manicômios questiona ética psiquiátrica” (ROSSETTI, 19 mai 1991. “Cotidiano”, p. 4) e relata a mesa-redonda que discutiu o projeto. A emergente forma de se conceber a loucura como constitutiva do homem ganha visibilidade no discurso jornalístico, por meio da fonte especializada. “Segundo o psiquiatra da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pedro Gabriel, 40, ‘pode-se pensar e admitir a existência da loucura não como uma coisa que tem que ser curada, mas que precisa de assistência.’” (*FSP* 19 mai 1991. “Cotidiano”, p. 4).

Na matéria intitulada “Especialista diz que há ‘hospitalismo’” (*FSP* 21 mai 1991. “SP Norte”, p. 1), o psiquiatra Carlos Dario Berto reconhece que os hospitais psiquiátricos internam doentes muitas vezes para obter lucros. “Ele diz que tentam segurar o paciente por mais tempo porque o faturamento é maior.” (*FSP* 21 mai 1991. “SP Norte”, p. 1). A fonte institucional

possui visão crítica sobre a internação de pacientes e evidencia os problemas, produzindo os efeitos de opinião e saber.

Ainda as fontes especializadas produzem os efeitos de saber e opinião. O psiquiatra é uma fonte institucional que detém determinado saber e expressa seu ponto de vista sobre o assunto controverso. Podem-se verificar esses efeitos nos exemplos que demonstram a reação de parte da área médica contrária às mudanças. Na matéria intitulada “Diretores do Bezerra de Menezes são contra extinção dos hospícios”, as quatro fontes institucionais, sendo três delas médicas, manifestam-se contra o projeto de lei que propõe a reforma psiquiátrica. Segundo o clínico geral do hospital, “impedir a internação do doente é ir contra os princípios da medicina”. Outro argumento é que o paciente em crise não tem discernimento. “Como um doente que ameaça matar seus familiares pode optar em ser internado ou não?” (ALMEIDA, César. 21 mai 1991. “SP Norte”, p. 1).

As fontes testemunhais são utilizadas para dar credibilidade ao relato, constituindo-se em uma experiência vivenciada. Elas produzem o efeito de testemunho, e do total de cinco fontes, duas eram pacientes internos, à época em que ainda se iniciava a reforma psiquiátrica em 1991. Outras duas fontes são representadas por ex-pacientes que se tornaram usuários de serviços de saúde mental e a esposa de um esquizofrênico, que fundou uma associação de familiares de pessoas com transtornos psiquiátricos. Essas três fontes aparecem em textos do ano de 2011.

As declarações conferem veracidade ao relato e dramatizam a narrativa. Na matéria intitulada “Surto em família”, a dona de casa, Cirlene Ornelas conta a história de sofrimento que a levou a fundar uma entidade para apoio a familiares de pacientes. “Meu marido foi internado mais de 30 vezes. Por anos, passei assim: ele melhorava, voltava para casa, depois ia para o hospital de novo.” (FSP 16 mai 2011. “Cotidiano”, p. 11). A reforma psiquiátrica possibilitou que muitos pacientes e familiares se tornassem atores sociais e participassem da discussão do processo.

A *FSP* também aborda novas formas de lidar com os transtornos mentais, como a arte e o rádio. O texto se refere às experiências da Casa de Saúde Anchieta, em Santos, pioneira na reforma psiquiátrica no Brasil. Das quatro fontes da matéria, duas delas são pacientes que exercem a função de locutor e repórter na rádio Tam-Tam. São fontes consideradas testemunhais porque são pacientes psiquiátricos que vivenciam uma nova experiência. Apenas uma fonte foi classificada como popular, por ser ouvinte de uma emissora que questionou a reforma psiquiátrica durante um programa. Por isso, a declaração tem efeito de opinião.

É necessário destacar que as fontes médicas representam disputas de poder e opiniões divergentes sobre o assunto. A medicina é a área mais diretamente afetada pela ruptura epistemológica operada com a reforma psiquiátrica. O que se observa nos textos é a

preponderância da área médica representada por fontes que apoiam o movimento, a exemplo das três esferas de governo e entidades ligadas a instituições que promovem a remodelação na assistência à saúde mental.

Considerações finais

O embate entre os atores sociais para impor seus pontos de vista, por meio do discurso, é observado na intensa polêmica gerada que redundou em 12 anos de tramitação da lei antimanicomial. O efeito de opinião aparece em 44,44% da totalidade, denotando que o assunto é amplamente discutido no jornal, mas há poucas ações efetivas para modificar a situação, como aponta a baixa ocorrência dos efeitos de decisão que representam apenas 16,66% da totalidade. As fontes oficiais correspondem a 29,78% do total e detêm o poder de decisão nas políticas de saúde, além de opinarem sobre o assunto. O efeito de saber aparece em quatro ocasiões porque alguns gestores são psiquiatras.

As fontes institucionais são maioria nos textos (46,80%), o que confirma a teoria que aponta a primazia das fontes ligadas aos poderes instituídos e à sociedade organizada, como propõem os autores citados neste estudo. Devido à grande polêmica que a lei antimanicomial acarretou, muitas instituições foram afetadas e se posicionaram sobre o assunto, ocasionando o predomínio do efeito de opinião. Os dados revelam que, conforme explica Charaudeau (2012), a proeminência das fontes institucionais projeta uma imagem democrática do veículo, que procura revelar diversos pontos de vista de entidades sobre o tema controverso.

As fontes especializadas são, na maioria, compostas por psiquiatras que fornecem informações técnicas sobre o assunto e promovem o efeito de saber, mas em duas ocasiões emitiram opiniões. As fontes testemunhais são pacientes e ex-internos que assumem novo estatuto com a reforma psiquiátrica e participam de iniciativas de ressocialização. Apenas uma fonte popular foi observada e manifestou-se por si mesma, sem vínculo com posições institucionais.

Pode-se depreender que há o predomínio das fontes institucionais devido à polêmica levantada com a reforma psiquiátrica, que se estende aos dias atuais. Embora o sistema asilar não tenha se mostrado eficiente para tratar as doenças mentais, a rede de assistência descentralizada, que substituiria os manicômios, ainda não está devidamente implantada no país e muitos pacientes deixam de receber o tratamento necessário. Esse quadro acirra a controvérsia sobre o fim dos manicômios, e as instituições se pronunciam contra e a favor da lei antimanicomial.

Quanto às décadas anterior e posterior à aprovação da lei antimanicomial, há o predomínio das fontes institucionais, seguidas das oficiais, especializadas, testemunhais, enquanto existe apenas uma fonte popular, no ano de 1991. Depreende-se que, mesmo com a reforma, não houve mudanças significativas no estatuto das pessoas que se submetem a tratamento psiquiátrico

porque raramente ascendem à condição de fonte. O viés institucional e oficial prevalece nos períodos estudados.

A análise do *corpus* mostra que a quase totalidade das matérias são publicadas durante a Semana Nacional da Luta Antimanicomial, evento que promove discussões para atrair o interesse da mídia e coloca o tema em discussão. O assunto gerou polêmica e embate de opiniões entre fontes diversas.

O estudo confirma a teoria das fontes, que explica os motivos das fontes oficiais e institucionais serem procuradas por jornalistas para fornecer versões e acabarem norteadas as discussões sobre a loucura. São elas que possuem legitimidade e representatividade social, além de se adaptarem aos constrangimentos impostos pelas rotinas de produção jornalística.

Referências

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, Vozes, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia**: Pistas para percibir el mundo. Barcelona: Paidós, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news**: A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time. Evanston, Illinois: Northwestern University, 2004.

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo**. Paidós: Barcelona, 1991.

HALL, Stuart *et al.* "A produção social das notícias: o "mugging" nos media". In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa: Vega, 1999.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: Ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

TUCHMAN, Gaye. **Making news**: A study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística** - Uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

Textos citados

ALMEIDA, César. "Diretores do Bezerra de Menezes são contra extinção dos hospícios". **Folha de S.Paulo**. São Paulo. 21 mai 1991. SP Norte, p. 1.

BANDEIRA, Luiza. “SUS fará censo em hospitais psiquiátricos”. **Folha de S.Paulo**. 28 jul 2011. Cotidiano, p. 9.

“ESPECIALISTA diz que há ‘hospitalismo’”. **Folha de S.Paulo**. 21 mai 1991. SP Norte, p. 1

ROSSETTI, Fernando. “Lei dos manicômios questiona ética psiquiátrica”. **Folha de S.Paulo**. 19 mai 1991. Cotidiano, p. 4.

“PROJETO proíbe novos hospícios”. 19 mai 1991. Cotidiano, p. 4).

“PSIQUIATRIA pede fim de manicômios”. **Folha de S.Paulo**. 21 mai 1991. SP Norte, p. 1.

“SURTO em família”. **Folha de S.Paulo**. 16 mai 2011. Cotidiano, p. 11.

Submetido em: 21/03/2015

Aceito em: 21/07/2015